

# Trabalho no Turismo: Essência, Aparência e análise do panorama dos trabalhadores do Brasil e Goiás

Erika Cristiane Kilbert<sup>1</sup>  
Marutschka Martini Moesch<sup>2</sup>

**Resumo:** Compreendendo o Turismo enquanto um fenômeno social dotado de práticas sociais, e, concebendo o trabalho enquanto instuidor e reprodutor destas, este artigo abarca algumas reflexões sobre o trabalho e sua configuração no turismo nacional e mais especificamente no Estado de Goiás. Embora exista uma quantidade considerável de investigações no turismo que se debruçam sobre a sua faceta econômica, estas em sua maioria se restringem a questão mercadológica, sem considerar os protagonistas do processo da atividade turística: seus trabalhadores. Optou-se como escala temporal de análise o período compreendido entre os anos de 2000 a 2010 e tem como base os dados fornecidos pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego, considerando as denominadas Atividades Características do Turismo (ACT). Conquanto se reconheça que os dados que foram analisados não sejam um reflexo da realidade em sua totalidade, as evidências a que se chegou foram reveladoras de que o trabalho nas atividades características do turismo é precarizado, entretanto, faz-se necessário que investigações sejam realizadas com vistas a uma melhor apreensão da reprodução do capital, no campo do turismo, e suas conseqüentes precarizações diante das crises econômicas mundiais e do processo de globalização.

**Palavras-chave:** Turismo. Trabalho. Trabalhadores do turismo. Empregos no turismo em Goiás.

## Introdução

---

<sup>1</sup> Bacharel em Turismo pela Universidade Anhembi Morumbi, Especialista em Educação Ambiental pela USP, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Brasília. E-mail:erikakilbert@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Turismo pela Universidade de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Brasília. E-mail: marumoesch@gmail.com

O Turismo é um fenômeno contemporâneo, que tem seu início marcado concomitantemente com o início e desenvolvimento do capitalismo, todavia sua expansão como atividade de lazer ocorre a partir de 1960, momento este marcado por grandes fluxos de milhares de pessoas pelo mundo, tornando-se então uma atividade econômica de expressão.

Devido a essa leitura da realidade pertinente a um dado contexto histórico, os estudos e as pesquisas em turismo que são realizados por diferentes instâncias da sociedade – governos, instituições de ensino e pesquisa, entre outros – se referem em sua maioria sob a ótica econômica, parte dessa interpretação se fez e se faz, devido também á complexidade em que está envolto o fenômeno, já que o mesmo abarca diversos aspectos da vida em sociedade, estabelece diversas redes de relacionamento, portanto sendo difícil de ser compreendido e conceituado em sua interdisciplinaridade e multisetorialidade, num período de interesses especializados e setorializados.

Avanços no pensamento sobre o fenômeno ocorreram, porém incipientes no campo epistemológico, o que dificulta ainda mais uma concepção liberta dessa ótica restritamente econômica, a própria Organização Mundial do Turismo (OMT) que *a priori*, deveria ter uma concepção que abarcasse a complexidade do turismo, contrariamente o concebe de forma bastante simplificada, enfatizando a aparência do fenômeno e não a sua essência, ou seja, o movimento dos fluxos turísticos e seus impactos nas economias mundiais.

O Turismo é uma combinação de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em sua composição integra-se: uma prática social com base cultural e herança histórica, ambientes diversos, natureza, relações sociais de hospitalidade, troca de informações em espaços de interculturalidade, segundo Moesch (2004).

A dificuldade em se compreender seu caráter multi setorial, pode isolar as atividades a ele associadas pertencentes a outros setores produtivos e sociais, ocasionando uma descrença ao seu desenvolvimento endógeno. Concebido como um sistema aberto, de conteúdo interdisciplinar, o turismo é um processo humano que ultrapassa o entendimento enquanto função de um sistema econômico.

Devido a concepção de caráter majoritariamente econômico, o Turismo passa a ser considerado por muitos países e organizações mundiais, como relevante indutor do desenvolvimento e gerador de emprego e de renda - evidenciado inclusive nos argumentos do Plano Nacional de Turismo suas versões 2007/2010<sup>3</sup> e 2013/2016<sup>4</sup>, nesta perspectiva, o Turismo torna se então um instrumento propiciador da redução das desigualdades sociais e pobreza.

Não se trata de negar a importância do aspecto econômico que tem o Turismo, mas sim de relativizar esse aspecto em face aos demais aspectos concernentes a ele. Da mesma forma que não se trata de negar as contribuições das concepções de cunho econômico, mas sim, de não

---

<sup>3</sup> “fazer do turismo um importante indutor da inclusão social [que] pode ser alcançada (...) por meio da criação de novos postos de trabalho, ocupação e renda”. Plano Nacional de Turismo 2007-2010.

<sup>4</sup> “as diretrizes que devem nortear o desenvolvimento do turismo brasileiro são: (...) a geração de oportunidades de emprego”. Plano Nacional de Turismo 2013-2016.

absolutizá-las, uma vez que o próprio processo de construção do conhecimento é dinâmico e complexo.

Enquanto um fenômeno social dotado de diversas práticas sociais, o turismo se vale, em seu aspecto econômico, do trabalho, e de seus trabalhadores para se produzir e reproduzir.

O Turismo é produtor de efeitos capazes de transformar a realidade social, bem como econômica, cultural e ambiental das localidades em que se instala, por isso necessário se faz a investigação do mesmo de forma crítica, e, evidentemente também no que concerne às questões do trabalho e de seus trabalhadores, uma vez que é por meio do trabalho que o homem transforma a si mesmo e a sociedade em que vive. Para Marx, o trabalho é concebido “Como criador de valores de uso, como trabalho útil,(...) por isso, uma condição de existência do homem, (...) eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza”. (Marx, 2001, p.50).

Dessa forma, a investigação acerca do trabalho e dos trabalhadores do turismo torna se fundamental, para reflexão das condições de existência humana daqueles que vivem da atividade turística, já que no capitalismo, o trabalho adquire um sentido dual e dialético: ao mesmo tempo em que é elemento fundante de realização do ser social, este desfigura se, convertendo se em meio de subsistência, portanto, o trabalho, que deveria ser a forma humana de realização criativa e liberdade do indivíduo, enquanto ser social, reduz se á única possibilidade de subsistência deste e “como expressão da realidade existente na sociedade regida pelo valor, tem se a dialética da riqueza/miséria, da acumulação/privação, do possuidor/despossuído”. (Antunes, 2000, p.124) .

O presente artigo, neste sentido, tem como intuito contribuir com a reflexão sobre as relações dialéticas intrínsecas ao trabalho no turismo, analisando a configuração deste e de seus protagonistas com vistas à construção de um cenário acerca do perfil dos trabalhadores formais ocupados no Turismo no Brasil e especificamente do Estado de Goiás.

O estudo proposto foi estruturado em cinco momentos: o primeiro abarca a concepção e configuração do trabalho, e, a condição dos trabalhadores desde seus primórdios até o advento do capitalismo.

O segundo momento está centrado em uma análise sobre o trabalho no Turismo, sua configuração, essência e características; no terceiro momento nos esforçamos em tratar da dialética capital/trabalho e da classe-que-vive-do-trabalho no Turismo. No quarto momento, nos centramos em conhecer o perfil da classe-que-vive-do-trabalho formal no Turismo, no Brasil, mas sobretudo no Estado de Goiás. Para fins de delimitação do estudo, foram especificadas algumas Atividades Características do Turismo (ACT's), e o período analisado compreende os anos de 2000 e 2010, por ser este considerado como o de maior inserção das políticas públicas nacionais de turismo no Brasil e em Goiás; o último momento é constituído pelas considerações finais que tem como propósito não encerrar o assunto sobre o trabalho no turismo, mas abrir novas possibilidades de reflexão sobre a temática.

## **O trabalho: sua configuração, essência e papel transformador da vida do homem e da sociedade.**

Ao longo do percurso da história da atividade humana, em sua incessante luta pela sobrevivência, pela conquista da dignidade, realização pessoal e felicidade social, o mundo do trabalho tem desempenhado um papel vital e central. Foi através do trabalho – além do atributo racional – que os indivíduos, homens e mulheres, se diferenciaram dos animais e construíram o mundo tal qual ele é.

Para Luckács, o trabalho tem uma “dimensão ontológica fundamental, pois, por meio dele, o *homem*<sup>5</sup> cria, livre e conscientemente, a realidade(..)”. (LUCKÁCS, 1981, p.12), ao mesmo tempo em que os indivíduos transformam a natureza ao seu redor, externa a si, tem também alterada a sua própria natureza humana, é pelo trabalho que os indivíduos se expressam, gerando inúmeras e diferentes formas de vida e realidades, quer seja do ponto de vista da concretude, quer seja da dimensão abstrata, subjetiva e criativa.

Revisitando a história da humanidade, pode se depreender a importância do trabalho na construção do ser humano e de suas relações sociais. O trabalho na era primitiva da humanidade tem a importância essencialmente para a sobrevivência, devido à condição racional do *homem*<sup>3</sup>, ele se vale deste atributo – além de um outro: a mão, para gerar o seu próprio alimento e fundamentalmente sobreviver.

O trabalho no verdadeiro sentido da palavra, para Engels *apud* Antunes (2013,p.20), “começa com a elaboração de instrumentos” em princípio usados para a caça, a pesca e com armas - ou seja, para a sobrevivência - esta condição do *homem* – racional e laborativa - , o coloca em uma situação de liberdade e autonomia para escolher o lugar no qual habitar; para transformar e “dominar” a natureza e tudo que ela contém – inclusive os animais e sua força - em seu favor.

É devido à “cooperação da mão, dos órgãos, da linguagem e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também na sociedade , [que] os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas (...)”Engels *apud* Antunes (2013,p.20), operações que se diversificaram ao longo do tempo com o propósito de alcançar objetivos cada vez mais elevados e aprimorados.

Faremos um percurso breve pela história do trabalho, enfatizando o principalmente como ele ocorreria na cultura ocidental, já que esta exerce grandes influências na formação cultural do Brasil, embora não seja a única.

O trabalho ao longo do período primitivo, foi empreendido pelos *homens* com a ajuda de animais que foram domesticados por eles, e, com o auxílio de instrumentos rudimentares, mas é a partir da civilização mesopotâmica que o trabalho passa a ser realizado com outros elementos, não contando só com a força dos animais e de instrumentos mais aprimorados, como a roda, mas

---

<sup>5</sup> Para efeito de esclarecimento, quando utilizarmos a palavra *homem*, que estará sempre grifada em itálico, nos referiremos à condição humana, sem distinção de gênero ou etnia.

sobretudo com os escravos, que são os protagonistas da forma de trabalho mais ultrajante adotada – inclusive até os dias atuais, mesmo que por vezes de forma velada - pela humanidade: a escravidão. Para Furtado é a “partir dos recursos que foram apropriados por meio da escravidão que constituíram o ponto de partida do processo acumulativo”. (Furtado, 1986, p.146), uma vez que é a partir da escravidão que ocorre a apropriação privada de fatores de produção do trabalho, neste caso o humano.

Na civilização ocidental, precisamente na Grécia Antiga, o trabalho e qualquer atividade que implicasse em força física, era encarada pelos gregos livres com o maior desprezo, ficando as tarefas cotidianas - das mais simples às que exigiam maior esforço físico, como a moenda do trigo - incumbidas aos escravos, que eram destituídos de qualquer direito. Dezenas e até centenas de escravos serviam á uma família, fora das cidades eles eram “usados” tanto no trabalho agrícola como na exploração de minas.

Dado esse contexto os gregos livres, podiam se dedicar á filosofia, ás artes, á política, dentre outras atividades, que não o trabalho árduo de cada dia, por isso, ser o mundo grego antigo considerado como o celeiro de todo o conhecimento ocidental.

Esta dinâmica que acontecia na Grécia - a escravidão - guardadas algumas diferenças ocorrera também em Roma, onde havia uma massa de escravos que serviam aos romanos livres, em todas as instâncias da vida cotidiana, para Bloch *apud* De Masi (1999, p.21), “nem a vida material das sociedades greco-romanas, nem sua própria civilização, no que ela teve de mais requintado, poderiam ser concebidas sem a contribuição desse trabalho forçado”, a demanda por escravos era grande – haja visto que um escravo tinha um tempo de vida curto - e o abastecimento desta era sobretudo fruto das guerras de expansão.

A substituição desse tipo de trabalho e suas causas, se devem a diversos fatores, sobretudo devido ás circunstâncias econômicas da época, que não eram mais tão propícias á manutenção dessa forma de trabalho. A relação custo/benefício de outras formas de trabalho em contraposição ao trabalho escravo, era mais vantajosa, uma vez que o trabalho escravo tinha um alto custo de manutenção, pois, além de o proprietário do escravo ter que dar as condições mínimas de sobrevivência á eles, ainda haviam os custos com a vigilância: dada as condições existenciais sub humanas do escravo, este se via ás voltas criando rebeliões e tramando fugas para se libertar, ademais de o trabalho desempenhado por eles ter um caráter não motivador, não criativo, dada a sua condição de vida, o que se refletia na baixa produtividade e qualidade deste.

O cenário do trabalho passa a ser modificado intensamente na transição entre o período do Baixo Império Romano e a Alta Idade Média. A forma de trabalho escravo passa a ser substituída por outras relações de trabalho como a servidão. Os servos, camponeses livres, eram presos à terra em que moravam, deviam vassalagem ou fidelidade ao senhor feudal. Eram obrigados a prestarem serviços à nobreza feudal, pagar-lhes diversos tributos em troca de moradia, permissão de uso da terra e proteção militar.

O trabalho ligado á terra, era desenvolvido ainda com a ajuda de animais e de máquinas, porém estas já um pouco mais sofisticadas, como o moinho de água, o que aliviava um pouco a fadiga física de alguns trabalhos mais árduos. Cabe ressaltar que havia um insignificante comércio á época, mas que começa a ganhar uma expressão maior com o advento das Cruzadas, “entre os séculos X e XIII chega o progresso tecnológico e com ele a substituição de muitos dos trabalhos do homem pelo trabalho mecânico” (De Masi, 1999). Com o aumento da população e inovações técnicas sobretudo na agricultura, nos transportes e na comunicação, são produzidos cada vez mais excedentes agrícolas, que passam a ser trocados comercialmente, liberando uma parte da população que se desloca para outras atividades econômicas não vinculadas á terra: o artesanato e o comércio, que provocaram o êxodo rural da população, resultando no (re)surgimento das cidades e do comércio.

A formação dos Estados Nacionais, como Portugal e Espanha, possibilitaram as expansões marítimas dos séculos XV e XVI. As navegações conhecidas como Périplo africano, estabeleceram Feitorias e escravizaram suas populações de forma aviltante. A colonização das Américas, possibilitou a exploração de novas riquezas e uma grande quantidade de terras a serem cultivadas. Como o trabalho escravo havia sido utilizado com sucesso, no continente e nas ilhas africanas, Portugal o estendeu às terras brasileiras. A escravidão negra e indígena foi fundamental no processo de acumulação de capital, conhecido como capitalismo comercial. O processo de escravidão criou um novo mercado de mão de obra, e a utilização de um trabalho compulsório em larga escala em forma de *plantation* (grandes propriedades rurais, que utilizavam a mão de obra escrava, praticando a monocultura para a exportação), na América Portuguesa. Dessa forma a escravidão possibilitou o lucro, na comercialização da mão de obra e em sua utilização como trabalho produtivo na monocultura que sustentava o pacto colonial, praticado na relação comercial entre metrópole e colônia.

Os séculos XVII e XVIII foram marcados pelo iluminismo que questionou a concentração de poderes nas mãos de reis absolutos e a intervenção do Estado na economia. Criticou a utilização da mão de obra escrava e defendeu a mão de obra assalariada. Deflagrou uma expressiva e profunda transformação na estrutura da sociedade europeia ocidental, que ocorreu de forma paulatina, através de grandes revoluções político-econômicas que alteraram o modo de produção, o mundo do trabalho e as relações sociais.

Entre a segunda metade do século XVIII e o século XIX, na Inglaterra – país vanguardista do capitalismo industrial – o trabalho sofreu profundas transformações que tem reverberações até os dias atuais.

A Revolução Industrial, caracterizada pela evolução tecnológica aplicada na produção, transforma o *modus operandi* do mundo do trabalho e das relações sociais. Isso não se dá apenas na forma de se produzir, mas também na forma da apropriação do trabalho pelo capital, que promoveu a separação do trabalhador de seus meios de produção.

A transformação da força de trabalho na Inglaterra, ocorreu a partir do século XVI, quando as oficinas de artesanato foram suplantadas pelas manufaturas. Ao mesmo tempo, a intensificação da política dos cercamentos<sup>6</sup> expulsaram os camponeses de suas terras, que migraram para as cidades. Foi neste cenário, que tanto artesãos quanto camponeses, se viram coagidos, por uma questão de sobrevivência, a vender a sua força de trabalho para a burguesia em suas fábricas, “sob penosas condições e ganhando muitas vezes o estritamente necessário para sobreviver” (Holanda, 1996), sujeitando-se às regras estabelecidas pelo sistema capitalista.

O aumento da produção nas fábricas ocorreu em razão não somente do maquinário empregado, mas sobretudo do labor dos ex-artesãos e ex-camponeses, que se tornaram trabalhadores assalariados. O trabalho era repetitivo, pois era praticado em série e em larga escala. Os trabalhadores perdiam de vista o produto de seu trabalho e se convertiam em mais uma engrenagem do sistema, como podemos depreender no filme clássico de Charles Chaplin (1936), intitulado de *Tempos Modernos*.

As longas jornadas diárias de trabalho, os baixíssimos salários recebidos, a exploração do trabalho feminino e infantil, caracterizaram a condição existencial dos trabalhadores.

É neste contexto da Revolução Industrial que Karl Marx com a contribuição de Engels, elaboraram a teoria d'Ocapital. No cerne de suas preocupações estava o problema das relações de produção. Compreendendo a teoria do valor-trabalho enquanto indispensável para a análise das relações de produção do regime capitalista, Marx reconhece nela - embora diferentemente da perspectiva dos economistas de outrora que a elaboraram -, “o fundamento da doutrina da mais-valia<sup>7</sup>, que em última instância, é a anatomia da luta de classes no regime capitalista”. (Furtado, 1986.p.15).

Cabe ressaltar, que neste contexto de exploração dos trabalhadores, surgiram movimentos reivindicatórios que se organizaram politicamente em sindicatos, por melhores condições de trabalho, que resultaram na “conquista de benefícios que aliviaram, no transcorrer dos séculos XIX e XX, a exploração do trabalho pelo capital (...) tais como: assistência médico hospitalar, jurídica e previdenciária, extensão do direito universal do voto (...)” (Oliveira, 2006.p.84), dentre outras.

Ao final do século XIX e início do século XX, o modo de produção capitalista industrial, sobretudo com o advento do fordismo, transformou novamente as formas de produção e de trabalho, alterando profundamente a configuração e as relações sociais.

De acordo com Harvey (2012), a visão de Ford consistia no reconhecimento explícito de que a produção de massa significava também um consumo de massa, um novo sistema de reprodução do trabalho, um novo tipo de sociedade. Para Ford a jornada de trabalho de 8 horas a

---

<sup>6</sup> As leis de cercamento ou *Enclosures* existiam na Inglaterra desde o fim da Idade Média, mas o projeto foi concluído às vésperas da Revolução Industrial, tal lei consistia nos cercamentos de terras pertencentes aos camponeses, em prol da nobreza inglesa.

<sup>7</sup> Para Marx a mais-valia consiste na apropriação pelo capitalista de uma determinada quantidade de trabalho não pago, ao trabalhador. Marx considerava que esta seria a base do lucro no sistema capitalista.

cinco dólares tinha como propósito, segundo Harvey (2012), não só disciplinar os trabalhadores ao sistema de linha de montagem de alta produtividade, mas também dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes, para que consumissem os produtos produzidos em massa, fabricados em quantidades maiores. O sistema de produção fordista, era rotinizado, exigindo pouco das habilidades manuais tradicionais, uma vez que era desenvolvido com diferentes tecnologias, que concediam pouco controle por parte do trabalhador sobre a organização do processo produtivo.

Por volta do final dos anos de 1960, o modo de produção industrial nos moldes fordistas passa a enfrentar um enfraquecimento - dado o contexto político-econômico á época – originando um processo de mutação do sistema estabelecido. É a transição da “condição moderna” para a “condição pós moderna”, do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro.

Essa transição é caracterizada em uma reorientação produtiva á qual David Harvey denomina de “acumulação flexível”, pois o caráter “rígido” da produção nos moldes fordistas, passa a ser alterado por uma produção de caráter “flexível”, que se apoia na flexibilização dos processos de trabalho, mas também dos mercados de trabalho e dos produtos e padrões de consumo.

“A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual (...) entre setores, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado setor de serviços”. (Harvey, 2012.p.140), ou seja, os trabalhadores industriais de outrora, tornaram-se trabalhadores do setor de serviços. Segundo Harvey, os poderes aumentados de flexibilidade e também de mobilidade do capital, permitem que os empregadores exerçam pressões cada vez mais fortes de controle do trabalho, sobre uma força de trabalho que já enfraquecida - dado o contexto da crise do capitalismo iniciada na metade dos anos 1970 em diante – viu o desemprego aumentar nos países capitalistas avançados da Europa e nos Estados Unidos.

A acumulação flexível implica não só em níveis altos de desemprego “estrutural”, mas em uma “rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais [...] e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista” (Harvey, 2012.p.140), e ainda, precarização e terceirização dos trabalhadores; “desregulamentação dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção de serviços; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora”. (Antunes, 2012, p.53). A transição da condição moderna para a pós moderna, se dá em um processo paulatino, porém intenso perdurando quiçá até os dias atuais.

### **O trabalho no Turismo : sua forma, essência e aparência**

Embora o Turismo tenha sua essência nas relações sociais, ele se realiza por meio das pessoas nas diversas esferas de interação, inclusive a do mercado, portanto em sua faceta



econômica, ele se vale do trabalho e dos trabalhadores-cidadãos para se produzir e reproduzir, logo, imprescindível se faz uma reflexão acerca das relações dialéticas concernentes ao próprio trabalho e a esta relação capital/trabalho.

Considerando que o Turismo passa a ter expressão econômica a partir da metade do século XX, a análise da configuração e condições do trabalho inevitavelmente tem que se dar no contexto do capitalismo. Portanto temos que considerar a forma e todas as características do período em que ele surge, se expande e desenvolve: no momento de transição da modernidade para a pós modernidade. De acordo com Harvey o fordismo do pós guerra é marcado por uma questão internacional, ou seja, por uma ampliação dos fluxos do comércio mundial e de investimento internacional em que esse “novo internacionalismo trouxe no seu rastro muitas outras atividades - bancos, seguros, hotéis, aeroportos e, por fim, o turismo”. *Grifo nosso* (Harvey, 2012.p.131).

O processo de transição da condição *moderna fordista* para a *pós moderna flexível* – usando os termos de Harvey -, tem em seu âmago contradições, e , no que tange ao modo de produção e ao trabalho elas podem ser elencadas corroborando com as reflexões de Harvey (2012, p.304) em: economia de escala/economia de escopo; universalismo/localismo; capital produtivo/capital fictício; materialidade/ imaterialidade; poder do Estado/poder financeiro; produção em massa/produção em pequenos lotes; regulação/desregulação; indústria/serviços; divisão detalhada do trabalho/divisão social do trabalho; operário/administrador; tarefa única/tarefas múltiplas; trabalho especializado/trabalho flexível; ética protestante do trabalho/ contrato temporário; sindicatos/individualismo; paranóia/esquizofrenia; alienação/descentração.

O Turismo não escapa a ter essas contradições em seu cerne, todavia para além de se considerar o contexto em que ele surge, há que se considerar também a configuração e a essência do fenômeno, e, as características que lhe são intrínsecas: um sistema aberto de conteúdo interdisciplinar e caráter multi setorial, e logo, toda a complexidade em que está envolto, como podemos depreender nessa reflexão de Moesch:

“Em razão de não ser uma atividade *produtiva* agrícola ou industrial, normalmente é classificada no *setor terciário ou de serviços*. A *problemática* é que o turismo, *muito mais que uma indústria de serviços*, é fenômeno com base cultural herança histórica, meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais (...) um fenômeno recheado de objetividade-subjetividade (...)” *grifo nosso* (Moesch, 2004.p.20).

O Turismo carrega em si uma complexidade, que o torna difícil de ser apreendido em sua totalidade, e no que concerne à sua faceta econômica, essa constatação não é diferente. Entretanto a maioria dos investigadores que se propõe a estudá-la e teorizá-la partem de uma lógica econômica reducionista, ao considerarem os diversos elementos que o constituem, como

matéria-prima a ser transformada em mercadorias na “*indústria do turismo*”, vendidas no mercado e que atendam a satisfação plena de seus consumidores turistas.

Concordamos com Lemos (2005), quando este propõe em sua teoria, que o objeto de estudo de uma Economia do Turismo, deva ser o *valor turístico*. De acordo com o autor o *valor turístico* é o:

“conjunto da produção humana material e imaterial, individual e coletiva, fruto das *relações sociais* historicamente estabelecidas por uma comunidade em sua localidade, as quais são capazes de gerar um *sistema organizado e aberto que agregue um composto de bens e serviços* (...) fatores climáticos e geográficos (in natura), além dos elementos das infra estruturas geral e específica (...) esse conjunto tem por unidade a hospitalidade e a força de atração que mobilizam o deslocamento e a permanência do deslocamento nessa localidade de pessoas residentes em espaços sociais distintos, chancelando o seu valor e estabelecendo a relação social do turismo” (LEMOS, 2005, p.244).

No entanto, a investigação que propomos neste artigo em específico abarcará somente um dos elementos que compõem esse *valor turístico*, que se dará na *produção humana material*, realizada dentre outros fatores, pelo trabalho.

É fato que quando o turismo se instala e se expande em uma localidade, desencadeie efeitos tanto econômicos quanto socioculturais e ambientais, negativos e positivos, incitando mudanças na realidade estabelecida.

Em termos de efeitos socioculturais e ambientais, a mensuração é bastante complexa, pois são de natureza qualitativa, porém entendemos que em termos de efeitos econômicos, existe uma complexidade que os envolve que também deve ser considerada, e que na maioria das vezes não o é.

Em certa medida alguns efeitos econômicos, são passíveis de quantificação com a ajuda da própria ciência econômica, todavia o alcance dessa mensuração tem se estabelecido prioritariamente no campo da aparência. O próprio estabelecimento de quais atividades devam ser consideradas turísticas, bem como quais são prestadas a visitantes ou a residentes, por exemplo, já é uma empreitada difícil para a realização de estudos e pesquisas do aspecto econômico do turismo. Por isso, necessário se faz a elaboração de metodologias que se aproximem da realidade, não só para se conhecer os efeitos a partir do ponto de vista do *capital*, mas do ponto de vista da *condição existencial* das pessoas que vivem nessas localidades *turísticas*.

Esforços vêm sendo desenvolvidos neste sentido no Brasil na parceria do Ministério do Turismo junto ao Instituto de Pesquisas Econômicas - IPEA, com a elaboração de uma metodologia para tais estudos, mas há que se avançar mais, principalmente no que tange ao conhecimento não só do perfil, mas das condições de trabalho daqueles que são os protagonistas

do turismo enquanto atividade econômica, logo, da classe-que-vive-do-trabalho<sup>8</sup> nos termos de Antunes (2000).

### **A dialética capital/trabalho e a classe-que-vive-do-trabalho no Turismo**

O desenvolvimento do Turismo enquanto atividade econômica, que ocorre sobretudo devido a investimentos do capital, tanto por parte de empreendedores locais, como por parte de pequenos e grandes empreendedores nacionais e até transnacionais em algumas localidades, afeta a estrutura demográfica, ampliando as perspectivas de emprego, tanto para os diversos profissionais do lazer e do entretenimento, da administração, e dos serviços receptivos (turísticos), como para aqueles que não se exige aprimoramentos técnicos mais qualificados, como as atividades de limpeza e serviços gerais.

Dado esse cenário, novas e outras relações sociais de produção podem ser desenvolvidas. Comunidades que carregam como característica cultural relações sociais de produção mercantis mais simplificadas (como a troca), acabam alcançadas por relações sociais capitalistas.

Tais relações sociais de produção geralmente operam significativas mudanças na localidade:

- Atividades – do setor primário e secundário - executadas por meios próprios, como exemplo a pesca, em geral são substituídas por um emprego no turismo, seja formal ou informal, assalariado ou não, geralmente ocasionando um abandono da atividade anterior em detrimento dos ganhos relativos com o turismo, mesmo que eles ocorram de forma sazonal.

Neste sentido, Beni (2006, p.47) nos alerta para a seriedade que deve ser tratado esse problema da migração de atividades dos setores primários e secundários para o de serviços no turismo, propondo como solução que sejam elaborados arranjos produtivos locais desses setores, que assegurem tanto a sobrevivência quanto a manutenção da “atividade produtiva da população autóctone, fazendo com que o turismo venha a lhes oferecer um cenário cada vez mais ampliado e renovado de produção”, quer seja em sua atividade primária básica, quer seja nas atividades prestadoras de serviços;

- Atividades antes realizadas de forma cooperativas, por exemplo – a fabricação de produtos alimentícios de forma artesanal, dentre outras - se redimensionam como negócios que precisam da produção de excedentes para competir no mercado;
- O preço da terra, bem como a renda (em forma de aluguel) geralmente são alavancados constituindo-se em uma barreira para a moradia digna da própria população local e de novos habitantes;

---

<sup>8</sup> Para Antunes, essa é a classe dos que vivem da venda da sua força de trabalho, é uma “tentativa de caracterizar a ampliação e de entender os trabalhadores hoje”. Antunes, 2000, p.196.

- O preço dos produtos e serviços podem adquirir dimensão desproporcional em relação aos ganhos reais da comunidade local; fomentando por vezes práticas empresariais de manutenção competitiva no mercado, que geralmente se valem do oferecimento de serviços otimizados a partir da compra da força de trabalho por preços que, não raras às vezes, são incompatíveis com os custos mínimos para a *reprodução* desses trabalhadores, ou seja, atender as suas necessidades básicas de sobrevivência;
- A sazonalidade do turismo, que se reflete no número de postos de trabalho gerados, traz implicações no que diz respeito “à regularidade dos ganhos, tendo esta, maior impacto justamente sobre os cargos mais modestos”.(Beni, 2006,p.52), o que em outro movimento, por vezes, provoca um desestímulo do trabalhador em empenhar-se e comprometer-se com a atividade que exerce, uma vez que ele não tem garantias nem em termos de ganhos, de direitos trabalhistas e nem de estímulo à capacitação por parte dos empregadores;
- A qualificação que é exigida pelos empreendedores que se instalam na localidade, muitas vezes não é compatível com a qualificação da comunidade receptora, o que implica na migração de pessoas de outras localidades para atender a essa demanda do mercado, principalmente nos cargos de gerência que exigem uma maior qualificação, ficando os trabalhadores locais, incumbidos de atividades mais simples, como limpeza e arrumação (camareiras) entre outras;
- O aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, que além de terem condições desiguais frente á força de trabalho masculina (que todavia não ocorre só no turismo) - recebendo salários inferiores, por vezes trabalhando em jornadas mais prolongadas, realizando multitarefas – fazem parte não só do processo de *produção* do capital, mas possibilita a *reprodução* do capital, uma vez que a mulher exerce dupla jornada: enquanto *produtora* (trabalhando por horas de forma assalariada) e enquanto *reprodutora* (executando os trabalhos domésticos em sua vida privada), “em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos (as) e de si própria”. (Antunes, 2000,p.108).

Trata-se de um processo movido por uma série de relações contraditórias, em que uns enriquecem, muitos são explorados, outros marginalizados e há ainda aqueles que permanecem em uma situação parecida com a que tinham antes da chamada *reconfiguração produtiva*.

Ricardo Antunes (2000, p.102) aponta que “a classe-que-vive-do-trabalho” inclui os assalariados, os trabalhadores da economia informal, os contratados por meio período, os terceirizados (que produzem ou prestam serviços por eles mesmos), os trabalhadores precarizados dos setores primário, secundário e terciário e, também,os desempregados. Dessa classe trabalhadora estão excluídos os proprietários e gestores do capital e aqueles que, “de posse de um capital acumulado, vivem da especulação e dos juros”.

O estudo de Antunes é essencial para atualizar a abrangência da classe trabalhadora, mas, à primeira vista, pode parecer estranho seu posicionamento de não considerar os representantes do capital (investidores em unidades produtivas geradoras de empregos) como grupos que não trabalham. No sentido da produção da riqueza, trata-se de uma *realidade*: se é possível observar o trabalho cotidiano dos detentores dos meios de produção, este se enquadra nos limites que eles mesmos podem estabelecer e se particulariza por concentrar-se na gestão do capital. A produção de algo em larga escala, ou mesmo a prestação de serviços que atendam a públicos expressivos, *somente é possível por grupos sociais* organizados em atividade de trabalho, a qual é executada em horários, preços e condições estipuladas em contrato (assalariado ou não) e nos limites políticos e fisiológicos possíveis para que trabalhadores tenham acesso aos elementos essenciais para a reprodução sua e de sua família (alimentação, moradia, transporte, vestuário, estudo).

O que funda o capitalismo é a separação entre trabalhador e os meios fundamentais de produção, sendo que o valor-capital é uma relação social que somente pode existir e se desenvolver nessa configuração de sociedade, de acordo com Marx:

“Quando o trabalhador [...] puder acumular para si mesmo, o que pode fazer quando é o proprietário de seus meios de produção, são impossíveis a acumulação capitalista e o modo capitalista de produção: falta para a isso a imprescindível classe dos assalariados [...]. A grande beleza da produção capitalista reside não só em reproduzir constantemente o assalariado como assalariado, mas também em produzir uma superpopulação relativa de assalariados, isto é, em relação à acumulação de capital. Assim, a lei da oferta e da produção de trabalho fica mantida nos trilhos certos; a oscilação salarial, confinada dentro dos limites convenientes à exploração capitalista; e, finalmente, garantida a imprescindível dependência social do trabalhador para com o capitalista, uma relação de dependência absoluta, (...) entre dois possuidores igualmente independentes de mercadorias, o detentor da mercadoria capital e o detentor da mercadoria trabalho”. (MARX, 2001, p. 883-885).

Fica evidente que, o sistema capitalista depende dessa separação que *reproduz* “o assalariado como assalariado” e *produz* “uma superpopulação relativa de assalariados” (classe-que-vive-do-trabalho) para o trabalho produtivo.

Mas e em relação aos serviços, e o turismo mais especificamente, podem ser considerados como trabalhos *produtivos*, uma vez que não existe a criação de algo que possa ser acumulado? O que seria, afinal, trabalho *produtivo*? Acreditamos que os serviços específicos do turismo podem ser *produtivos*, além de que as atividades situadas nos setores primário e secundário também podem ser complementares às atividades desenvolvidas no setor terciário, a depender dos níveis de produção de excedentes neste setor. Um serviço é algo oferecido, vendido, que propicia uma transformação para o agente (no caso o turista) que dele usufrui e se caracteriza por algo realmente existente, mas desvinculado de uma materialidade no sentido de usufruto do seu valor-

de-uso em tempo posterior. Esse algo realmente existente propiciado pelos serviços tem o consumo concomitante à produção e o próprio efeito imaterial do trabalho se constitui como mercadoria:

“Quando as camareiras em hotéis ou motéis [...] arrumam camas, realizam uma operação de montagem que não difere muito das ocupações de montagem nas oficinas – fato reconhecido pela gerência quando empreende estudos do movimento e do tempo de ambos nos mesmos princípios – e o resultado é uma mercadoria tangível e vendável”. (BRAVERMAN, 1980, p.304,305).

O serviço, para ser *produtivo*, precisa estar vinculado a relações entre o dono de um meio de produção específico e os produtores, conforme citação anterior de Marx sobre o que fundamenta o capitalismo. Por exemplo: o serviço *produtivo* pode depender de algo material (um hotel) controlado por seu proprietário, sendo que sua operacionalização(hospedagem, alimentação, entretenimento, manutenção) prescinde de trabalhadores contratados e pagos com vistas a atender o seu público (turistas).

Os serviços prestados por trabalhadores, dos quais o funcionamento de toda a estrutura não seria possível (produção socializada) é *produtivo* pela relação que encerra, ou seja, ao serem contratados precisam necessariamente gerar um valor superior ao que é despendido na forma de salário. O valor criado pelo trabalho *socializado* deve, muito além de compensar os dispêndios de investimentos na estrutura , servir como meio de acumulação de quem emprega.

De forma contrária, se o serviço puder ser executado diretamente por quem o produz e, portanto, sem uma intermediação - nesse caso o proprietário de um pequeno hotel é o próprio agente executor -, mesmo que ele seja útil, não é considerado como produtivo do ponto de vista do capital:

“Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital (...) O conceito de trabalho produtivo não compreende apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, de origem histórica [capitalista], que faz do trabalhador o instrumento direto de criar mais-valia”. (MARX, 2001, p.578).

Devido a todos esses aspectos que consideramos o trabalho no Turismo como um trabalho *produtivo*.

### **Conhecendo o perfil da classe-que-vive-do-trabalho no Turismo – Brasil e Goiás**

Embora ainda não tenhamos um conhecimento mais profundo, tanto do perfil da classe-que-vive-do-trabalho no Turismo no Brasil, quanto de suas condições de trabalho, os dados que temos, evidenciam – em certa medida – um esboço do panorama desta. Em um esforço de subsidiar nos acerca desse panorama, recorreremos a dados da RAIS/MTE e ao Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada (IPEA), no que tange à metodologia para elencar as atividades características do turismo que serviu como referência para este estudo, e que seguem a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), contemplando oito atividades características do turismo (ACTs) que segundo o IPEA, “representam a maior parte dos gastos dos turistas: alojamento; alimentação; transporte aéreo; transporte terrestre; transporte aquaviário; agências de viagem; aluguel de transporte; e cultura e lazer”.

Utilizamos como delimitação temporal os anos de 2000 e 2010, no intuito de termos um quadro comparativo e aproximado da evolução do panorama dos trabalhadores do turismo.

Em termos de Brasil, comparando os anos de 2000 a 2010, temos o seguinte cenário: Um aumento expressivo da força de trabalho formal nas denominadas Atividades Características do Turismo - ACT's, que em 2000 era composta por 1.609.307 trabalhadores, e dentre estes aproximadamente 30% eram mulheres, já em 2010, há um salto para 2.829.253 trabalhadores, sendo 40% mulheres. Esse aumento pode ser atribuído, dentre outros fatores, à política de fomento ao turismo interno realizada pelo Ministério do Turismo durante período, que demandou trabalhadores nas ACTs.

Em relação a gênero, evidenciou-se que as mulheres ocuparam principalmente postos de trabalho nas ACT's de Alojamento (60%), Agências de viagens (47%) e Alimentação (46%) em 2000, e, em 2010 esse cenário se altera pouco. Pode-se notar que sempre houve uma predominância feminina no segmento de Alojamento, Agência de Viagens e Alimentação, que pode ser em virtude de que algumas ocupações, tais como camareira, cozinheira, recepcionista e atividades referentes à limpeza dentre outras, historicamente, serem preenchidas por mulheres, devido às habilidades herdadas da vida doméstica. Já os cargos relacionados ao transporte (motoristas, taxistas, pilotos, entre outros) historicamente são ocupados, majoritariamente, por homens.

Em termos de faixa etária, considerando os dados de 2000 revelam que predominaram contratações de pessoas – homens e mulheres - com idade de 30 a 39 anos seguidas da faixa etária de 18 a 24 anos que juntas somaram 51% dos trabalhadores, já em 2010 esse cenário se altera um pouco: a faixa de 30 a 39 anos representando 30% dos trabalhadores e a faixa de 40 a 49 anos (21%) , seguida da faixa etária de 18 a 24 anos (18%). Podemos notar que o Turismo – considerando as ACTS – se vale de uma força de trabalho mista entre jovens e idade média, entretanto em 2010 há uma participação que começa a aumentar da faixa etária de 50 anos ou mais, somando 12%.

Em relação ao nível de escolaridade há uma mudança bastante expressiva, em 2000, 41% dos trabalhadores – homens e mulheres – tinham somente o nível fundamental incompleto, seguidos de 34% com fundamental completo e somente 1% dos trabalhadores tinha nível superior de escolaridade. Já em 2010 há uma participação maior dos trabalhadores com Ensino Médio (44%), seguida de ensino fundamental completo (30%) e ensino superior (6%).

No quesito de salários, a faixa salarial dos trabalhadores formalmente contratados nas ACTs, tanto em 2000 como em 2010, esteve majoritariamente entre 1,01 a 3 salários mínimos, o que alterou de 2000 para 2010, foi o aumento da porcentagem de trabalhadores nessa faixa salarial que em 2000 é representada por 54% dos trabalhadores e em 2010 essa faixa salarial é representada por 74% dos trabalhadores. O que demonstra que as atividades do turismo são mal remuneradas, como constatado na reflexão de Harvey de que os “ganhos são modestos (quando há) de salários reais” nesse modo de acumulação flexível.

No Estado de Goiás, comparando os anos de 2000 e 2010, temos o seguinte cenário: Em 2000 a força de trabalho era composta por 32.410, sendo 37% mulheres, e em 2010 era composta por 65.989, sendo 43% mulheres. Embora os homens ainda representassem em 2010 a maioria dos trabalhadores nas ACTs do Turismo, há um aumento da participação das mulheres, sobretudo nas atividades de Alojamento (56%), Agência (59%) e Alimentação (57%); entretanto os homens tem maior participação nas atividades de Transporte (85%), Aluguel de transporte (80%) e Auxiliar de Transporte (73%). Neste sentido, Goiás segue a mesma dinâmica nacional e provavelmente pelos mesmos motivos que elencamos: por serem atividades que historicamente estão ligadas a um gênero ou a outro, dada as habilidades que são exigidas.

Em termos de faixa etária, considerando todas as ACTs os dados de 2000 revelam que predominaram contratações de pessoas – homens e mulheres - com idade de 30 a 39 anos (29%), seguidas da faixa etária de 18 a 24 anos (25%) dos trabalhadores, já em 2010 esse cenário se altera um pouco: a faixa de 30 a 39 anos continua representando 30% dos trabalhadores, entretanto a faixa de 40 a 49 anos (20%), supera a faixa etária de 18 a 24 anos, logo notou-se um aumento da participação das pessoas de meia-idade, seguindo o que ocorre no panorama nacional.

No que concerne a nível de escolaridade, em 2000 há predominância de trabalhadores com ensino fundamental incompleto (46%), seguidas de trabalhadores com ensino fundamental completo (37%). Em 2010, a predominância passa a ser de trabalhadores com ensino médio (40%), seguidas de trabalhadores com ensino fundamental completo (34%), esses dados permitem-nos depreender que seguindo o panorama nacional, os trabalhadores do turismo não tem um nível elevado de escolaridade, em Goiás, considerando os dois períodos estudados, os trabalhadores com ensino superior representam juntos menos de 2% da força de trabalho.

Considerando os salários, em 2000, 61% do total de trabalhadores (considerando todas as ACTs), recebiam entre 1,01 a 3 salários mínimos, e, 23% recebiam entre 3,01 a 5 salários mínimos. Considerando 2010, olhando para o total das ACTs, 80% da força de trabalho, recebia entre 1,01 a 3 salários mínimos. Outro número que é preocupante é da faixa de trabalhadores que recebiam até 1 salário mínimo, constituindo 8% do total de trabalhadores.



Analisando esses dados, em específico, os referentes ao Estado de Goiás, percebemos que é relevante o aumento de mais de 100% na contratação de trabalhadores entre os anos de 2000 a 2010, entretanto, depreendemos que o ganho de salários desses trabalhadores é precarizado, uma vez que houve um aumento de quase 20% dos trabalhadores que se enquadraram na faixa salarial de 1,01 a 3 salários mínimos, além do aumento de trabalhadores que receberam até 1 salário mínimo, esse fenômeno talvez possa ser explicado devido a uma maior oferta de trabalhadores no mercado, fazendo com que o salário desses tenha diminuído, a famosa lei da oferta e da procura. Um dado positivo é que houve um aumento do nível de escolaridade desses trabalhadores, entretanto, podemos depreender que não há um reconhecimento por parte do Capital em relação aos trabalhadores em termos de aumento salarial, o que percebemos é o contrário. Em relação à faixa etária, podemos depreender que há uma maior participação dos trabalhadores que têm entre 40 a 49 anos, esse fenômeno talvez possa ser explicado devido à seletividade do mercado de trabalho, principalmente de atividades do setor secundário, que não absorvem trabalhadores que se situem nessa faixa etária, dessa forma, estes acabam migrando para atividades do setor de serviços. Em relação à gênero, a tendência que podemos perceber é a de que as mulheres venham a ser maioria da força de trabalho total nas ACTs, se é que já não o são.

### **Considerações Finais**

Partindo de um posicionamento crítico da realidade, a intenção do que foi exposto é a de abrir novas possibilidades para investigações sobre a temática do trabalho, considerando a condição dialética que envolve tanto o trabalho quanto as relações de capital e trabalho. Embora se reconheça que os dados que foram analisados não sejam um reflexo da realidade em sua totalidade, tanto devido à insuficiência das informações que são disponibilizadas, mas sobretudo à complexidade em que o Turismo está envolto, as evidências a que se chegou foram reveladoras de que o trabalho nas atividades características do turismo é precarizado, porém, entendemos que assim o é, devido à condição em que se *produz e reproduz*.

Crucial se faz a investigação sobre as condições existenciais daqueles que são produtores e reprodutores do turismo – seus trabalhadores, homens e mulheres -, quer sejam eles formais ou informais, assalariados ou não, subcontratados, terceirizados (dentre outros), uma vez que, mesmo sendo produtores de riquezas, não tem condições de usufruir dela, não só pelo fato de não se apropriarem do produto de seu trabalho em sua totalidade – já que ficam somente com a parte monetária que lhes cabe na forma de diárias, gorjetas, comissões, salários, etc. – mas também pelo fato de não terem tempo disponível para usufruir seu lazer, já que se veem furtados dele, trabalhando em jornadas prolongadas, especialmente em feriados, férias, finais de semana, cabe ressaltar, que o turismo se converteu em um direito, de todos os cidadãos, não importando a classe social ou sociedade a que faça parte. O estranhamento é um outro aspecto do trabalho no

turismo que merece ser investigado, já que esses trabalhadores (produtores) laboram no tempo de lazer dos seus consumidores (turistas).

O processo contraditório da relação capital e trabalho, ajuda a explicar em partes, porque diversos municípios que experimentaram taxas consideráveis de crescimento econômico com a instauração do turismo, não tiveram desenvolvimento mais integrado; ao mesmo tempo em que geraram mais empregos, as condições existenciais da comunidade receptora, considerando os aspectos, sociais, ambientais, culturais, político-institucionais e econômicos, por vezes se encontra até mais degradada do que antes da instauração do turismo. Neste sentido concordamos com Beni (1999,p.105): que “o compromisso com o trabalho e a ocupação nas atividades relacionadas ao turismo deve resultar em um modelo *includente e estável*”, em nossa concepção este compromisso é que poderá ser possibilitador de um desenvolvimento pelo Turismo, nas diferentes localidades, entretanto deve ser um pacto entre os partícipes: poder público e suas políticas públicas, empreendedores e trabalhadores/cidadãos. Cabe resaltar que dentro da conjuntura de crise econômica mundial o encaminhamento do turismo, no que tange a seus trabalhadores e ao desenvolvimento de localidades, vem desafiando possibilidades de geração de emprego e renda. Mas sem dúvida é preciso conhecer mais especificamente o mundo real para poder conjecturar o que é possível numa concepção de maior sustentabilidade nas localidades pelo turismo.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 3.ed. São Paulo: Ed. Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **A Dialética do Trabalho – Escritos de Marx e Engels**. 2.ed.São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2013.

BENI, Mário. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Aleph, 2006.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Tradução de Nathanael Caixeiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed.Zahar, 1980

DE MASI, Domenico. **Desenvolvimento sem Trabalho**. 4 ed. São Paulo: Ed. Esfera,1999

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**.9.ed.São Paulo: Ed.Nacional, 1986.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna. uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 23. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2012.

IPEA. **Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo: metodologia de preparação e estimativas da ocupação formal no setor turismo em 20 municípios indutores do turismo.** Brasília: IPEA, 2007.

LEMOS, Leandro de. **O Valor Turístico na Economia da Sustentabilidade.** São Paulo: Ed. Aleph, 2005 (Série Turismo).

LUCKÁCS, George. **As bases ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. In: Temas de Ciências Humanas.** São Paulo: Ed. Ciências Humanas, nº 4, 1978.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política, livro I, volume I e II.** Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 26. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

MOESCH, Marutschka M. **O fazer-saber turístico. In: GASTAL, Susana. Turismo: 9 propostas para um saber-fazer.** Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2000.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. **História do Trabalho.** 5. ed. São Paulo: Ed. Ática, 2006.

**Plano Nacional de Turismo 2007-2010.** Brasília, MTUR, 2007.

**Plano Nacional de Turismo 2013-2016.** Brasília, MTUR, 2013.